

Administração e Educação

ANA RÍMOLI DE FARIA DÓRIA

HÁ muito que se vem cogitando da divulgação dos conhecimentos de administração; pode-se, mesmo, dizer que, desde que Fayol reconheceu e preconizou o caráter científico da ação administrativa, ela passou a constituir objeto das atenções por parte daqueles que respeitam as verdades científicas.

E os princípios básicos da nova ciência foram-se difundindo, embora vagarosamente, pelas entidades encarregadas da administração privada, a princípio, pública, depois.

A formação especializada de administradores, no serviço público brasileiro, os inúmeros estudos, publicações e pesquisas nesse setor, a literatura existente, a divulgação freqüente, pela imprensa, de conceitos, fundamentos e sugestões em matéria de administração, indicam que, em nossos dias, já se pode reconhecer e mencionar com ênfase algum progresso nesse terreno. Embora os técnicos no assunto se tenham encarregado da sistematização de tais conhecimentos para uma útil e conveniente aplicação e estejam atendendo às exigências práticas, sentimos que ainda há muito que fazer, extravasando, talvez, os limites de ação dos técnicos em administração porque o problema aqui é mais da alçada educacional.

Não que as instituições existentes na rede administrativa do país necessitem de reparos, desdobramentos ou tresdobramentos ou que as atividades administrativas não estejam, de um modo geral, alcançando os objetivos propostos. Não é este o rumo de nosso pensamento, pois que êsse aspecto da questão foge ao âmbito das considerações que confinam êste trabalho. Queremos referir-nos ao aspecto psicológico da ação administrativa; ao "sine qua non" de tal situação: o elemento humano, o agente que deve ser esclarecido a respeito dos problemas dos quais participa, inconsciente e obrigatoriamente, por força das contingências da própria vida.

A preparação do indivíduo no tocante à administração constitui, a nosso ver, assunto palpitante, indispensável pelo processo educativo; os indivíduos nascem, crescem, vivem e morrem como membros de um grupo social; a criança pratica, sem o saber, (aprendeu de u'a maneira assistemá-

tica) pelas exigências da vida social, atitudes específicas do campo administrativo: a disciplina, a competição, (é membro de uma organização) a autonomia, o altruísmo, a hierarquia, a colaboração, a noção de responsabilidade, a noção do direito, etc. Quer isso dizer que a escola primária, encarregada do primeiro contato organizado com a criança na obra educativa, lança as sementes e prepara o alicerce para a continuação do trabalho, nesse setor: e então, a solução de continuidade se estabelece. O curso secundário, dada a sua organização didática, não pode mais dedicar a necessária atenção ao problema; fica, por isso, a cada professor, a responsabilidade de, incidentalmente, "tocar" nesse ponto delicado da educação do adolescente; embora compreenda, sinta e deseje modificar essa situação pelo emprêgo de métodos outros mais adequados ao período psicológico do desenvolvimento em que ela se encontra, o professor pouco pode fazer, pois tem êle um longo programa a cumprir.

Evidentemente o professor sente essa necessidade. Mas o tempo exíguo para o desempenho do compromisso que assumiu — um longo programa a desenvolver e... a terminar, não lhe permite cogitações outras. Restaria o recurso das horas extraordinárias para uns exercícios elementares e práticos de atividades administrativas pelos alunos. Neste ponto, por imposição da clareza e da precisão, vemo-nos forçados a dizer apenas que um complexo causal se estabelece cujo estudo daria margem a longas discussões, a outro artigo, talvez. Referimo-nos a alguns problemas que, fatalmente, decorreriam da alusão: recrutamento e remuneração do professor do ensino secundário, o problema do tempo integral, de um lado, e de outro, a situação econômica do aluno, para não nos alongarmos mais.

O adolescente que, de acôrdo com a sua própria psicologia, oferece também um propício terreno para a formação de atitudes desejáveis, no terreno em aprêço, não tem, via de regra, no curso secundário, oportunidade de assimilação de conhecimentos decorrentes do estudo das atividades administrativas.

Lamentamos que assim o seja porque o espírito do jovem não só está voltado para dentro de si mesmo como para o mundo ao qual retorna após longas vigílias de insatisfações psicológicas; numa paradoxal exteriorização da efervescência mental característica dessa dolorosa e ainda incompreendida fase da vida do ser humano.

O curso secundário, a nosso ver, comportaria, considerando-se o aspecto psicológico da questão, a inclusão do ensino de noções (sistemizadas, é claro), de fundamentos ou princípios de administração geral, com ênfase especial à parte prática. Autônoma, embora, essa matéria contribuiria para a formação de um lastro que muito auxiliaria na compreensão de outras matérias e na própria vida do aluno, como ser humano, essencialmente social. Compreendendo as razões das atitudes adquiridas anteriormente o jovem praticará confiante e inteligentemente aquilo que a teoria fundamentou, esclareceu, reforçou e aconselhou.

Sabemos que podemos despertar e cultivar o gosto pela reflexão mesmo nos espíritos que jamais se voltaram para êsse problema; o pensamento reflexivo, indispensável a todo o trabalho científico, implica em raciocínio organizado, dirigido, metódico; a previsão ou o planejamento, significando maior rendimento com menor dispêndio de tempo ou energia, está ao alcance mental do adolescente; é óbvio que não se trata, ainda, de árduas explicações teóricas sobre as questões administrativas.

E' comum encontrar-se, em qualquer setor de trabalho, indivíduos que não têm a menor noção da situação que ocupam no quadro administrativo, mesmo na vida prática. A não ser empírica e rudimentarmente, o jovem não sabe que, por razões de ordem científica, êle precisa, não só na convivência diária com os colegas de trabalho, chefes ou superiores, como na realização do próprio trabalho, atender a certas exigências que são indispensáveis para a apresentação de um melhor

rendimento, com grande economia de tempo e de esforços.

A questão da formação de administradores, especialistas em administração pública no Brasil e respectivo recrutamento, têm sido desde alguns anos motivo de estudos, por parte do Departamento Administrativo do Serviço Público, através da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento (cursos e concursos realizados).

Por sua vez, os órgãos federais e estaduais, assim como os Instituto de Educação e escolas superiores (Filosofia e Administração e Finanças) têm providenciado a organização de cursos de aperfeiçoamento ou especialização de professores incluindo, nos respectivos currículos, o estudo da Administração, se bem que aplicada ao terreno da Educação.

As contingências decorrentes das corriqueiras situações reais de vida revelam — é fácil de se compreender — que Educação e Administração não são assuntos estanques; a sua afinidade é tal que, quase sempre, não se pode falar em uma sem se abordar a outra; basta observar o fato de ser o elemento humano o fator essencial e comum a ambas para se verificar que, em educação, não se pode abrir mão dos conhecimentos de administração assim como esta não prescinde daquela. Mais que isso tudo, ambas fazem parte da situação real da vida. Não vemos razão para essa matéria, (dosada convenientemente), ficar dissociada (no curso secundário), das outras que compõem o currículo, sobretudo por se tratar de fundamentação de matéria que integra a situação real, a própria vida do estudante.

Não esperemos que o jovem, o adolescente se torne adulto para, só então, permitir-lhe penetrar no domínio sistemático dêsse assunto, improvisando-se em especialista ou adquirindo o conhecimento dos fundamentos da matéria há tanto tempo vivida, tal a sua força educativa.

*

**

Os funcionários em geral, dos mais aos menos graduados, devem se interessar pela disciplina concernente à cortesia e às boas maneiras pois, nas democracias modernas a qualquer dêles estão abertas tôdas as possibilidades na carreira funcional, podendo ver-se, de um momento para outro, elevados a uma posição cuja alta projeção social e funcional exija dêles a resolução de problemas diversos que se lhes apresentem nesse particular. E quantos problemas difíceis podem surgir? Que dizer da complicada teia das precedências? Elas são tão emaranhadas que vários países, entre êles o Brasil, têm decretos determinando a sua ordem. Além disso, o ensino de tal disciplina terá por finalidade aperfeiçoar os funcionários na arte sutil das boas maneiras. Sendo êles em número tão elevado, o aproveitamento individual tanto beneficiará a sociedade com que estão em contato, em virtude de suas funções como contribuirá para elevar o nível geral de educação, graças as correções e ensinamentos que êles poderão dar aos seus próprios filhos, podendo transmitir os resultados de sua aprendizagem e experiência aos que lhe são familiares, contribuindo dessa maneira à promoção de um alto nível de civilização nacional. — *Diógenes B. Monteiro* — "R.S.P." de maio de 1949.